

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.735.038 - SP (2018/0076413-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ - SEMASA**  
**ADVOGADOS : WLADIMIR ANTÔNIO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP110307 LUIS JUSTINIANO HAIEK FERNANDES - DF002193A**  
**AGRAVADO : CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP**  
**ADVOGADO : RUBENS NAVES E OUTRO(S) - SP019379**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. O agravante alega não ter havido pronunciamento jurisdicional sobre os seguintes questionamentos: a) impossibilidade de uma relação jurídica estar protegida da inovação legislativa; b) ofensa à autonomia municipal prevista na CF/1988 e c) omissão quanto aos pagamento efetuados pelo Semasa à SABESP.

2. Relativamente à inovação legislativa, assim se manifestou a Corte estadual (fl. 2.769, e-STJ): "E o fato de ter sido promulgada, no ano de 2007, a Lei 11.445/2007 em nada altera a relação entre as partes e não autoriza que a autora se beneficie com a própria torpeza, decorrente do fato de as partes manterem há anos contrato deste vulto de forma exclusivamente verbal, sem jamais terem reduzido a escrito suas negociações. O fato de a legislação atualmente prever a exigência de realização de contratos na forma escrita não torna inexistentes os contratos anteriores que não obedeceram a tal formalidade, tampouco afasta os débitos anteriormente constituídos".

3. No que concerne ao suposto desrespeito à autonomia municipal garantida pela Constituição Federal, ressalta-se que não cabe ao STJ, a pretexto de violação ao art. 1.022 do CPC/2015, examinar a omissão sobre dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao Pretório Excelso, no âmbito do Recurso Extraordinário.

4. Por fim, no tocante a eventuais pagamentos realizados pelo agravante, destaca-se do acórdão recorrido (fl. 1.769, e-STJ): "Ora, resta bastante evidente, de tal passagem, que a autora desta ação deixou de realizar o pagamento pelo repasse de águas - pelo que se sabe, desde a década de 1990 - pretendendo livrar-se da obrigação com o simples argumento de que cabe ao município efetuar o pagamento referente ao seu consumo. Sem razão, afinal, quem recebeu o fornecimento de água por ela, que por sua vez efetuou o repasse aos usuários, razão pela qual deve efetuar o pagamento respectivo".

5. Dessa forma, correta a rejeição dos Embargos de Declaração ante a inexistência de omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada e, por conseguinte, deve-se concluir pela ausência de ofensa ao artigo 1022 do CPC/2015.

6. O Tribunal *a quo* entendeu que a questão a ser dirimida encontra-se acobertada pela garantia da coisa julgada e que não há modificação no estado de direito que justifique a revisão do estatuído em sentença. Para alterar tal conclusão é necessário reexame de provas, inviável ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

7. No caso, é premissa inalterável nesta instância extraordinária o fato de que a questão a ser solucionada encontra-se acobertada pelo manto da coisa julgada e que não há mudança legislativa apta a alterar o que foi decidido, de modo que a revisão dessa conclusão importa em reexame de fatos e provas.

8. Agravo Interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: ""A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."" Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Francisco Falcão (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator."

Brasília, 11 de dezembro de 2018(data do julgamento).

**MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
Relator